

DESTAQUE DO ENFOQUE DO SETOR INFORMAL NAS ANÁLISES SOBRE A ECONOMIA DOS POBRES E IMPORTÂNCIA DA TEORIA DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA PARA O AVANÇO DESSAS ANÁLISES

HIGHLIGHT OF THE FOCUS OF THE INFORMAL SECTOR IN THE
ANALYSIS ON THE ECONOMY OF THE POOR AND IMPORTANCE
OF THE THEORY OF CIRCUITS OF URBAN ECONOMICS
TO ADVANCE THESE ANALYSES

DESTAQUE DEL ENFOQUE DEL SECTOR INFORMAL EN EL ANÁLISIS
SOBRE LA ECONOMÍA DE LOS POBRES Y IMPORTANCIA DE LA
TEORÍA DE LOS CIRCUITOS DE LA ECONOMÍA URBANA PARA
AVANZAR EN ESTOS ANÁLISIS

Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador

Doutor em Geografia pela UNICAMP. Docente no Mestrado Acadêmico e no Mestrado Profissional em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Campus Universitário Lagoa Nova, CEP 59078-970, Caixa postal 1524, Natal/RN – Brasil. E-mail: diegosalomao84@hotmail.com

RESUMO

Entendendo a categoria território como sinônimo de espaço banal, marcado por diferentes usos, diversas organizações e espontaneidades por parte dos agentes sociais que o metamorfoseiam e que estão condicionados à dinâmica territorial desenvolvida por eles próprios e influenciada por âmbitos externos, propomos que o estudo da economia política de cidades ocorra pela aplicação da teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, devido ao fato dela possibilitar a compreensão da dinâmica urbana sob a perspectiva da totalidade das características, relacionais e absolutas, dos objetos e das ações existentes. Com esse entendimento, refletimos sobre a importância da teoria dos circuitos da economia urbana para o avanço das análises duais da dinâmica econômica dos países subdesenvolvidos e analisamos as ações do Estado sobre o circuito inferior da economia do eixo rodoviário Natal-Caicó, estado do Rio Grande do Norte, Brasil.

Palavras-chave: Circuitos da economia urbana. Segmentação da economia. Eixo rodoviário Natal-Caicó.

ABSTRACT

Understanding the category territory as synonymous of ordinary space marked for different uses, different organizations and spontaneity of the social agents that metamorphoses and are conditioned to territorial dynamics developed by themselves and influenced by external fields, we propose that the study of the political economy of cities occur by applying the theory of circuits of the urban economy of underdeveloped countries, due to the fact that it allow the understanding of urban dynamics from the perspective of the totality of characteristics, relational and absolute, of objects and actions. With this understanding, we reflect on the importance of the theory of circuits of the urban economy in the advancement of dual economic dynamics analysis of underdeveloped countries and analyze the actions of the State over the lower circuit of road axis Natal-Caicó, Rio Grande do Norte, Brazil.

Keywords: Circuits of the urban economy. Segmentation of the economy. Road axis Natal-Caicó.

RESUMEN

Al comprender el territorio como sinónimo de espacio común, con diferentes usos, diferentes organizaciones y espontaneidad de los agentes sociales que lo modifican y están condicionados a la dinámica territorial desarrollada por ellos mismos e influenciada por campos externos, proponemos que el estudio de la economía política de las ciudades se produzca mediante la aplicación de la teoría de los circuitos de la economía urbana de los países subdesarrollados debido al hecho que ella permite el entendimiento de la dinámica urbana desde la perspectiva de la totalidad de características, relacionales y absolutas, de objetos y acciones existentes. Con esta comprensión, reflexionamos sobre la importancia de la teoría de los circuitos de la economía urbana para el avance del análisis dual de la dinámica económica de los países subdesarrollados y analizamos las acciones del Estado sobre el circuito inferior de la economía del eje vial Natal-Caicó, Rio Grande do Norte, Brasil.

Palabras clave: Circuitos de la economía urbana. Segmentación de la economía. Eje vial Natal-Caicó.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, é cada vez mais difícil estudar de maneira total e aprofundada a dinâmica urbana, devido à complexidade de variáveis, de horizontalidades e verticalidades que influem nela, bem como à rapidez com que é transformada. Apesar disso, não devemos abrir mão de analisar a economia urbana considerando a totalidade dos objetos e das ações; caso contrário, corremos o risco de desenvolver estudos que amputam a economia global do espaço urbano, privilegiando o espaço econômico, de alguns agentes hegemônicos, e não o espaço banal, usado por todos os agentes sociais (Santos, [1978] 2007, 2008).

Negligenciando o fato de a modernização econômica atingir todos os espaços mas não trazer benesses para todos, as análises economicistas do espaço ignoram a economia não hegemônica, acreditando ser ela um freio ao crescimento econômico, quando, na verdade, é um resultado indireto da modernização. A valorização seletiva dos espaços leva muitos agentes sociais a migrarem do campo para a cidade ou de uma cidade para outra em busca de melhores condições de vida. Essa demanda, geralmente, não é atendida pelo circuito superior, fazendo com que a maioria dos trabalhadores consiga sobreviver com o desenvolvimento de atividades do circuito inferior, que os mantém numa situação periférica no âmbito da economia urbana.

Destarte, a economia política da cidade possibilita a compreensão das características relacionais da totalidade das atividades existentes no espaço e das características absolutas e heterogêneas de cada subsistema econômico. Permite também que se analise a segmentação da economia urbana, com atenção para a situação atual do mercado de trabalho e da pobreza dos trabalhadores. Outrossim, como as cidades não podem viver isoladamente, mas vivem em cooperação, pode-se, pela economia política, analisar a importância de atividades hegemônicas ou não para as interações entre cidades.

Assim, entendendo a categoria território como sinônimo de espaço banal, marcado por diferentes usos, diversas organizações e espontaneidades por parte dos agentes sociais que o metamorfoseiam e que estão condicionados à dinâmica territorial desenvolvida por eles próprios e influenciada por âmbitos externos, propomos que o estudo da economia política de cidades ocorra pela aplicação da teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos (Santos, 1978a), devido ao fato dela possibilitar a compreensão da dinâmica urbana sob a perspectiva da totalidade das características, relacionais e absolutas, dos objetos e das ações existentes.

Com esse entendimento, refletimos, a seguir, sobre a importância da teoria dos circuitos da economia urbana para o avanço das análises duais da dinâmica econômica dos países subdesenvolvidos. Após isso, considerando as premissas da referida teoria, analisamos as ações do Estado sobre o circuito inferior da economia do eixo rodoviário Natal-Caicó¹, estado do Rio Grande do Norte, Brasil.

A IMPORTÂNCIA DA TEORIA DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA PARA O AVANÇO DAS ANÁLISES DUAIS DA DINÂMICA ECONÔMICA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

A teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos é herdeira da perspectiva dualista, isso porque as primeiras análises sobre a economia urbana desses países foram alicerçadas nessa perspectiva (Santos, 1978a). Tais análises têm sua gênese nas décadas de 1950 e 1960, quando pesquisadores começam a publicar os resultados de suas investigações sobre a economia dos países subdesenvolvidos.

Boeke (1953) parece ser o pioneiro nesse intento, ao estudar a dinâmica e a política econômicas em sociedades duais, especificamente na Indonésia, sendo seguido por Lewis (1954), que analisou o desenvolvimento econômico pela oposição de um setor tradicional a um setor moderno, dissociados pela forma de emprego da mão de obra, que seria pelo subemprego naquele setor; e Geertz (1963), que estudou a modernização econômica em cidades da Indonésia dividindo a dinâmica urbana em uma economia centrada na empresa e uma economia de bazar.

Entre o final da década de 1960 e a década de 1970, as análises dualistas da economia urbana dos países subdesenvolvidos passaram a se caracterizar por esforços de teorização. Armstrong e McGee (1968) propõem a teoria da involução urbana, para estudar dois sistemas econômicos coexistentes nos países subdesenvolvidos: o capitalismo e o não capitalismo.

¹ Destacamos no Rio Grande do Norte quatro eixos rodoviários que macroestruturam o território: o Natal-Fronteira Paraibana, utilizado para o transporte de passageiros e para o escoamento de balas, chapas plásticas, tecidos de algodão, granito, tungstênio e açúcar, em direção ao Porto de Suape e a Recife; o Natal-Macau, com utilização para transporte de passageiros e de carga de materiais de construção (brita, cal), combustível para aviação e automóveis bem como equipamentos para parque eólico; o Natal-Mossoró, utilizado para transporte de passageiros e de carga de frutas, castanha de caju, tecidos de algodão, produtos animais impróprios para alimentação humana, lagosta, peixes, camarão, tungstênio e balas, em direção ao Porto de Pecém, a Fortaleza e a Natal, e de sal, para abastecimento do mercado estadual ou regional, sendo que, para o escoamento desse produto, existe uma importante conexão do eixo Natal-Mossoró com o Porto de Areia Branca; e o Natal-Caicó, com utilização, sobretudo, para o fluxo de passageiros, contudo também evidenciando o transporte de carga de produtos têxteis e alimentícios em pequena quantidade.

Dos eixos rodoviários do Rio Grande do Norte, os que são mais utilizados para transporte de carga são Natal-Fronteira Paraibana e Natal-Mossoró. No tocante ao transporte de passageiros, os mais utilizados são Natal-Fronteira Paraibana e Natal-Caicó, sendo que aquele é bastante caracterizado pela circulação interestadual de passageiros, para trabalho e/ou lazer, enquanto este é marcado, sobretudo, pelo fluxo intermunicipal de passageiros, para trabalho e/ou estudo (DNIT/Plano Nacional de Contagem de Trânsito, 2005). Desse modo, como focamos na análise do uso do território potiguar considerando os circuitos da economia urbana, optamos por recortar o eixo rodoviário Natal-Caicó para compreensão aprofundada, devido a seu destaque na circulação intermunicipal de trabalhadores e/ou estudantes. Além disso, outra característica interessante do eixo rodoviário em questão é a de ele ser integrado por cidades em que a rodovia que as perpassa é um centro comercial e de serviços, e cuja dinâmica territorial é fortemente calcada nos fluxos gerados pela rodovia.

McGee (1973a, 1974), ao estudar os vendedores ambulantes em Hong Kong, apresenta uma nova categoria social, a do “protoproletariado”, que seria constituído por trabalhadores por conta própria que desenvolvem pequenas atividades, muitas delas familiares, em um dos setores do modelo dual de organização econômica das cidades dos países subdesenvolvidos. É também nesse período que pesquisadores sul-americanos expõem suas compreensões teóricas sobre a economia urbana dessas formações socioespaciais, inicialmente pela teoria da marginalização.

Nun (1969) reflete sobre a categoria social “massa marginal”, referindo-se a um contingente da força de trabalho que seria excedente e não funcional para o sistema capitalista, por não cumprir as funções de exército industrial de reserva. Quijano (1969) se dedica à análise da classe de “marginais”, que seriam trabalhadores marginalizados do emprego assalariado estável e, desse modo, tendiam a se organizar no “polo marginal da economia”, que se destacaria pelas relações precárias, heterogêneas e ativas, em termos de intensidade de trabalho e de criatividade em sua organização.

As concepções desses dois autores fundamentaram a teoria da marginalização, a qual, de acordo com Santos (1978a, 1978b), inspirou interpretações dos trabalhos de Marx, mas ofuscou o mecanismo global da sociedade, por remeter para o problema da pobreza como “vizinha” da modernização, considerando os trabalhadores que não estão integrados nas atividades mais modernas e dinâmicas da economia como participantes de um “polo” não totalmente integrado ao sistema capitalista e negligenciando, assim, o fato de as formas não hegemônicas de produção, distribuição e comercialização serem resultantes do processo de acumulação capitalista. Em trabalho recente, Quijano (2005, p. 483-484) rebate essa crítica, asseverando que o termo encontrado para designar a parte não hegemônica da economia urbana dos países subdesenvolvidos, no final da década de 1960, foi “marginalização”, “(...) embora não se defendesse que essa população estaria fora do capitalismo”. Apesar de objetar a crítica realizada à teoria da marginalização, o próprio Quijano (1998) a supera, enveredando nas reflexões sobre os sistemas alternativos de produção, especificamente sobre a economia popular.

Outro enfoque da economia urbana dos países subdesenvolvidos calcado no dualismo é o do setor informal. Este foi pioneiramente explicitado no início da década de 1970, pelo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT/Employment, income and inequality, 1972) sobre o emprego, a renda e a desigualdade no Quênia assim como pelo trabalho de Hart (1973) acerca das oportunidades de renda e emprego informal urbano em Gana. O relatório da OIT se dedica à apresentação das características do setor informal produtivo, enquanto Hart analisa o setor informal familiar, considerando a renda obtida

nesse setor como complementar para as famílias com baixo nível salarial e com limites ao crédito nos países subdesenvolvidos.

Não obstante essas pequenas diferenças na análise do setor informal, referentes à unidade econômica considerada, Santos (1978b) sublinha que tal enfoque setorial da economia urbana se caracteriza pelas análises que compartimentam a dinâmica econômica em dois setores: o setor formal, constituído por atividades organizadas de acordo com a racionalidade capitalista e, assim, com ações eficientes e coerentes com as premissas produtivas do mercado; e, em contrapartida, o setor informal, composto por atividades não organizadas, desencadeadas à margem da legislação trabalhista e sem articulação, de modo que suas ações são arcaicas, irracionais e ineficientes.

Essa compreensão da economia urbana associa informalidade com irracionalidade, não atentando para as relações existentes entre atividades econômicas hegemônicas e não hegemônicas bem como para o fato de haver dinamismo interno em todos os circuitos econômicos desenvolvidos, sejam eles adequados ou não às premissas dominantes do mercado. Esse fato fez com que pesquisadores criticassem tal enfoque, apresentando resultados de pesquisas que evidenciaram a racionalidade peculiar que caracteriza a economia da pobreza urbana dos países subdesenvolvidos, como fizeram McGee (1974) e Polly Hill (1977).

Na esteira da crítica à análise setorial da economia urbana, Santos (1978b) afirma que tal enfoque é fundamentado na produtividade do trabalho como critério principal ou mesmo único de interpretação da realidade, não abrangendo outros aspectos importantes para uma compreensão mais qualitativa ou complexa da dinâmica econômica das formações socioespaciais subdesenvolvidas. A adoção sem ressalvas dessa perspectiva de análise pode fazer com que se acredite que a maior produtividade da economia não hegemônica, no sentido de torná-la mais capitalista, seja a única alternativa para a grave situação de pobreza enfrentada pela maioria dos trabalhadores, como defendeu De Soto (1987, 1989), em seus estudos concatenados ao discurso neoliberal.

Diferentemente desse autor, a partir da década de 1980, pesquisadores explicitaram abordagens mais recentes e menos dualistas da interpretação setorial da economia urbana, como Souza (1980), Tokman (1987) e Cacciamali (1989, 1991, 1994). Essas abordagens definem a economia informal como unidades produtivas cujas características são a pouca ou inexistente separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção, a não dependência do trabalho assalariado para seu desenvolvimento e a criação de renda e ocupação como principal escopo. Cacciamali, especificamente, concebe o setor informal como intersticial

e subordinado ao movimento das atividades formais capitalistas, dando, assim, indícios de ruptura com a abordagem dualista, apesar de prosseguir utilizando o termo “informalidade” e as noções “setor formal” e “setor informal” em suas reflexões, o que, a nosso ver, inviabiliza a superação integral do modelo dual de análise da economia urbana.

A ruptura total com esse modelo analítico foi realizada ainda na década de 1970, por Oliveira (1972) e Santos (1978a). Oliveira, ao criticar o dualismo característico da abordagem da informalidade, assevera que a população e as atividades ditas informais não estão à parte do crescimento capitalista, mas, ao contrário, o integram e são importantes para sua dinâmica desigual e contraditória. Já Santos retomou pela base a teoria econômico-espacial das nações subdesenvolvidas, considerando as contribuições das concepções dualistas sobre a economia urbana dessas formações socioespaciais, mas avançando na apreensão da dinâmica dessa economia, com uma doutrina do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial: a teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.

Estando de acordo com a compreensão de que a pobreza é relativa (Anderson, 1964), não devendo ser estudada homogeneamente ou segundo modelos analíticos que não se aplicam à interpretação de determinadas realidades e de que os pobres não são marginais econômica e politicamente (Gunder Frank, 1968), mas, sim, explorados do ponto de vista econômico e oprimidos do político, Santos (1970) começou a formular a teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos pelo estudo das relações interurbanas em países de diferentes continentes do mundo. Aprofundando suas reflexões, chegou à consideração de que a cidade não é uma estrutura uniforme, mas um sistema urbano segmentado em dois subsistemas econômicos: o circuito superior e o circuito inferior. Ele assevera que esses subsistemas não existem separados, mas, ao contrário, coexistem e, desse modo, devem ser estudados de maneira interdependente, em variadas escalas geográficas: mundo, país, região, cidade (Santos, 1978a, 1978b).

Os circuitos da economia urbana são decorrentes da modernização econômica, assim como têm suas características relacionais e absolutas conectadas a esse processo. O subsistema superior é resultado direto da modernização, que, por sua seletividade territorial e desigualdade socioeconômica, tem como efeito indireto o subsistema inferior, fato que torna complexas as implicações do processo modernizador na organização do espaço e faz com que Santos (1972) sugira que, ao invés de se falar em modernização, trata-se de “modernizações”, no plural e conectadas.

Ao destacar que ambos os circuitos decorrem do mesmo processo e coexistem no sistema urbano, Santos (1978a) fundamenta sua teoria na oposição dialética entre os

subsistemas da economia urbana dos países subdesenvolvidos, tendo em vista que o funcionamento das atividades não hegemônicas ocorre de maneira complementar com atividades do circuito superior, bem como esse circuito subordina o subsistema inferior pela dominação da macroestrutura da economia e do território.

Foi pensando na segmentação da economia urbana dos referidos países que Santos optou por chamar os subsistemas econômicos de “circuitos”, valorizando, assim, suas relações e a totalidade da estrutura econômica da cidade. Para McGee (1973b), tal denominação é bastante significativa para a análise da realidade urbana do mundo subdesenvolvido, pois caracteriza da melhor maneira possível os fluxos relacionais e internos existentes entre os subsistemas e dentro de cada um deles.

A teoria dos circuitos não dá conta apenas da complementaridade que marca a economia urbana dos países subdesenvolvidos, mas também da relação de exploração das atividades não hegemônicas por agentes hegemônicos do mercado (Bienefeld, 1975), sendo que uma das funções essenciais do circuito inferior é contribuir para a reprodução ampliada do capitalismo, por meio da banalização do consumo entre os pobres, inclusive de produtos modernos, e pela submissão da poupança e da mais-valia desses agentes para o circuito superior, via sistemas financeiro, produtivo e de consumo. É por esse motivo que Santos (1978b, p. 51-52) diz atribuir as denominações “superior” e “inferior” aos circuitos.

Em suma, a teoria apresentada pelo citado geógrafo sul-americano é pioneira na ruptura com a abordagem dualista da economia urbana dos países subdesenvolvidos e, dentre outros aspectos importantes, possibilita que se analise a realidade dessas nações sem a necessidade de adotar modelos teóricos concatenados a histórias territoriais diferentes, evitando, desse modo, erros de interpretação bastante frequentes entre cientistas sociais e planejadores do espaço que costumam fundamentar suas *práxis* em ideias que não se aplicam ao lugar investigado ou ordenado.

Nos dias atuais, especificamente na geografia brasileira, cada vez mais pesquisadores vêm adotando a teoria dos circuitos para realizar análises da economia urbana nas mais variadas escalas geográficas do território nacional. Tal fato vem contribuindo para que essa teoria tenha sua importância teórico-metodológica destacada assim como para que determinadas reflexões e determinados aspectos evidenciados por Santos na década de 1970 sejam atualizados de acordo com os usos das variáveis-chave do período atual (técnica, informação, consumo, finanças) pelos agentes hegemônicos e pelos não hegemônicos. Contudo, também há casos em que se considera a teoria dos circuitos como uma compreensão dualista da economia urbana, com os subsistemas sendo apreendidos como sinônimos dos setores formal e informal.

Tendo em vista o fato de as ocupações do circuito inferior serem, em sua maioria, não regulamentadas e precárias, em termos de relações e condições de trabalho, há autores (Cargnin e Marafon, 1994; Camargo, 2006; Ramos, 2010; Miyata, 2010) que associam esse circuito ao setor informal, associação equivocada, pois o que eles chamam de informal, na verdade, deve ser tratado como precarização do trabalho, processo que não se limita a um subsistema econômico, mas, ao contrário, marca ampla e veementemente as ocupações e os empregos gerados na totalidade da economia urbana. Lautier (1991) frisa que há atividades da economia hegemônica que procuram flexibilizar seus empregos no sentido de obter maior produtividade e maior lucro, sendo que flexibilizar, nesse sentido, significa precarizar, explorar trabalho, fato que hoje é uma realidade tanto em atividades não hegemônicas quanto nas hegemônicas.

Além disso, há autores (Silva, 2005; Fernandes, 2008) que associam o circuito inferior ao setor informal, alegando a não formalização tributária das atividades desse subsistema. Mais uma vez, a associação é incoerente, já que hoje, com a política do Estado brasileiro de formalização de microempreendedores individuais, a formalização tributária de grande parte das atividades do circuito inferior já é uma realidade, conforme se observa no eixo rodoviário Natal-Caicó. Não obstante essa incoerência ser reconhecida por autores e documentos oficiais, continua-se a usar a denominação “informal” no desenvolvimento de estudos, uma insistência confusa e distante da realidade investigada por trabalhos científicos ou mostrada por relatórios estatísticos. É o caso da pesquisa “Economia Informal Urbana”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na qual os microempreendedores analisados “ainda que (...) sejam formais, (...) são considerados informais” (SEBRAE/Mercado dos cartões de crédito no Brasil e sua relação com as micro e pequenas empresas, 2007, p. 63).

Esta confusão – considerar a teoria dos circuitos como análoga à abordagem dual da economia urbana dos países subdesenvolvidos – existe porque os pesquisadores que a mantém não compreendem a importância histórica e teórico-metodológica da proposta de Santos (1978a), nem mesmo que a organização dos circuitos da economia urbana tende a misturar elementos ditos formais e elementos informais. Há casos em que atividades do circuito superior agem informalmente para otimizar os lucros do negócio desenvolvido. Outrossim, cada vez mais, atividades do circuito inferior utilizam elementos formais, como o crédito financeiro ou a formalização incentivada pelo Estado, com o escopo de registrar a carteira de trabalho de algum funcionário ocupado.

Além das análises dualistas e da teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, outros dois importantes enfoques para a compreensão da dinâmica econômica das cidades do mundo subdesenvolvido passam a ser amplamente divulgados e debatidos a partir da década de 1990. São eles: a economia popular e a economia solidária.

O debate sobre a economia popular foi intensificado a partir do trabalho de Larrachea e Nyssens (1994), que a consideram sob um ponto de vista amplo, que abarca diferentes perspectivas, como a economia solidária. Assim, caracterizam a economia popular pelas redes de solidariedade que são constituídas entre seus agentes bem como pelo importante papel que a microfinança pode ter no desenvolvimento de suas atividades.

Coraggio (1998, 2011, 2013) compreende a economia popular de uma maneira diferente. No trabalho da década de 1990, a distingue da economia solidária, por não acreditar no potencial econômico alternativo das cooperativas. Já nos trabalhos mais recentes, destaca que economia popular e economia solidária são conceitos diferentes, mas práticas socioeconômicas buscadas mutuamente, diante da crítica situação de vida e de trabalho da maioria das pessoas; são propostas que dialogam e podem enriquecer conjuntamente assim como possibilitam mudanças sociais, econômicas e territoriais universalizantes, especificamente no que se refere a América Latina. Nesses termos, ele define a economia popular como um subsistema econômico articulado com a economia capitalista, com atividades cuja organização interna e relacional se caracteriza pela reciprocidade (solidariedade) e pela competência egocêntrica (competição)².

Já Quijano (1998, 2005) afirma não concordar com a descrença no potencial econômico das cooperativas, discordando, nesse ponto, da opinião de Coraggio (1998). Além disso, entende que a economia popular se alicerça no intercâmbio e na sintonia de seus agentes e atividades, e não nos altos níveis de ganhos monetários, como também assevera que, por meio dessa economia, os agentes sociais não hegemônicos podem viver sem depender do trabalho assalariado. Desse modo, ao contrário de Coraggio (2011), Quijano não sublinha a competência egocêntrica como sendo uma característica das atividades populares.

² Coraggio (2011, p. 298) assevera que na economia popular e na economia solidária predominam os princípios da reprodução doméstica, da reciprocidade e da redistribuição. Contudo, tais economias articulam-se com outros princípios socioeconômicos, como os capitalistas, dentre os quais ele destaca: "(...) a busca individual da máxima satisfação – por meio da posse e consumo ilimitado de mercadorias e a minimização de esforços penosos –; a busca individual do máximo rendimento, também ilimitado; a busca de lucro mediante a exploração do trabalho alheio e a acumulação de capital privado que se converte em um sentido em si mesmo; as práticas de competência destrutiva do outro, sem limites morais, que atua como força disciplinadora dos atores econômicos que não se comportam de acordo com os valores capitalistas (tradução livre)". A articulação com esses princípios evidencia, segundo o autor, o caráter de competição que também marca as atividades populares e solidárias.

A economia solidária também passa a ser intensamente debatida a partir da década de 1990, apesar de Singer (2002) destacar que sua gênese remonta às ideias do socialismo utópico do início do século XIX³ e que na década de 1970 houve discussões sobre ela, diante do avanço do desemprego, da precarização do trabalho e da proposta de criação de cooperativas em diversos países.

A economia solidária é fundamentada na análise de cooperativas, que são atividades de administração coletiva e democrática em que a gestão do capital obtido deve ser associada e decidida, preferencialmente, por assembleia. A eficácia dessas atividades depende do apoio público e/ou privado no que se refere à formação administrativa e técnica e à concessão de crédito. Sendo assim, Singer (1999) considera essa economia como uma resposta à precarização do trabalho e a mais importante alternativa de transformação sistêmica do paradigma econômico vigente em direção ao socialismo.

Todavia, há autores (Boutillier, 2002; Ndiaye e Boutillier, 2011) que criticam a perspectiva atual da economia solidária, asseverando que ela, na sua essência, não questiona a economia mercantil⁴ e, ao se articular com os poderes público e privado, confere ao termo “solidário” mais um sentido publicitário do que social.

Para Quijano (2005), as duas principais vertentes do atual debate sociológico das formas alternativas de produção, distribuição e comercialização na América Latina são a economia popular e a solidária. O que as diferencia, segundo ele, é que nesta a solidariedade entre os agentes requer uma coesão política, que se não houver pode tornar inviável a cooperação. Já na economia popular, a solidariedade ocorre pela própria materialidade da vida econômica, não havendo homogeneidade política e de nenhuma outra instância; o que existe é heterogeneidade de organização das atividades desenvolvidas e das relações destas no mercado.

A economia popular e a economia solidária podem até ser os dois principais enfoques do atual debate sociológico sobre a economia urbana sul-americana, porém, na escala global, a abordagem que tem maior visibilidade e adesão de pesquisadores e instituições internacionais é a da setorização da economia em formal e informal.

³ Os socialistas utópicos cujos pensamentos contribuíram para a gênese das ideias e das experiências referentes a economia solidária são Saint Simon, Charles Fourier e Robert Owen.

⁴ Tal crítica parece coadunar com a realizada outrora por Marx (1987), que asseverou a associação de trabalhadores concatenada ao contexto capitalista como sendo um aspecto que pode distanciá-los da tomada do exercício do poder, que é tarefa imprescindível para a transformação revolucionária do mundo.

Não obstante esse destaque internacional, Sena (1998) frisa que não há uma definição de setor formal e setor informal que seja aceita no âmbito acadêmico consensualmente e que dê conta de analisar as variadas situações que caracterizam a economia da cidade. Por isso, Theodoro (2002, p. 12) afirma que o termo “setor informal” é “(...) fruto de uma demanda e de uma postura claramente institucional e intervencionista”, que é perpassado por “(...) grande imprecisão (...), a qual perdura até os dias atuais”. De tal modo, fica “(...) difícil prosseguir na construção de uma teoria a partir de uma base conceitual tão vaga e pouco rigorosa em termos epistemológicos”. Apesar disso, essa designação “(...) continua presente nos trabalhos acadêmicos e nos discursos oficiais”.

Incrementando essa crítica, Silveira (2008, p. 11) assevera que os termos “formal” e “informal” são estanques e demasiadamente genéricos; não dão conta da complexidade e da heterogeneidade da economia urbana. A ideia de setorizar a economia da cidade mais classifica do que explica, rotulando as atividades hegemônicas como modernas, racionais, produtivas, formais, enquanto, ao contrário, as não hegemônicas são chamadas de tradicionais, irracionais, improdutivas, informais. A rotulação “(...) põe fim ao debate, ao esforço por compreender”.

Mas por que as expressões “setor formal” e “setor informal” se impuseram e são hoje tão utilizadas, ao passo que outras designações, como “setor tradicional” (Lewis, 1954), “economia de bazar” (Geertz, 1963) e “setor não estruturado” (Blaug, 1974), foram abandonadas na literatura sobre a economia urbana dos países subdesenvolvidos?

Santos (1978b, p. 52) explica que o sucesso das expressões “formal” e “informal” se deve ao fato de importantes instituições internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Banco Mundial e grandes universidades norte-americanas e europeias, as terem adotado, por razões diversas e sem muito rigor teórico-metodológico. Essa adoção cria o “fetichismo das palavras” e leva a pesquisa oficial e muitos pesquisadores a fazerem o mesmo, “(...) a maioria sem ao menos procurar entender o que as expressões encerram além de pura semântica”. Nessa perspectiva, Theodoro (2000) acrescenta que a persistência do uso de tais expressões, apesar de sua fragilidade teórica, indica que sua força é persuasiva. Mais do que conceitos, trata-se de termos utilizados para se conseguirem recursos para a montagem de instituições ou de redes de pesquisa. Uma ideia utilizada como mercadoria.

Visando a uma análise geográfica da dinâmica da realidade, livre de estereótipos e de certas discussões ideológicas, optamos por compreender tal dinâmica no estado brasileiro do Rio Grande do Norte, especificamente no eixo rodoviário Natal-Caicó pela aplicação da teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos para compreender

as relações existentes entre o Estado – que é um agente do circuito superior da economia urbana – e os agentes da economia não hegemônica.

Diante de tantos enfoques apresentados, fazemos essa escolha porque a teoria dos circuitos da economia urbana, ultrapassando a teoria da marginalidade e a abordagem setorializada da economia, trata da urbanização dos países subdesenvolvidos de modo atual e totalizante. Atual por proporcionar apreender-se a dinâmica da cidade subdesenvolvida na contemporaneidade, e totalizante por privilegiar as relações entre agentes hegemônicos e agentes não hegemônicos, entre atividades dominantes e atividades subordinadas, bem como a compreensão das dinâmicas internas dessas atividades. É, portanto, um lastro teórico-metodológico que considera os objetos e as ações de maneira relacional e de maneira absoluta.

Essa teoria rompe totalmente com uma análise dual e simplista da urbe. Sua aplicação permite analisar a segmentação da economia urbana assim como superar o clichê de que o espaço citadino está posto a serviço do capital; possibilita distinguir os capitais e seus agentes, analisando os conteúdos de técnica, informação e finanças presentes na cidade.

Sendo assim, visando sublinhar que as relações entre os circuitos da economia urbana colocam em xeque as concepções que compreendem a economia de maneira dual, nos enveredamos na análise das ações de um importante agente da economia hegemônica sobre agentes da economia não hegemônica de um eixo rodoviário do estado do Rio Grande do Norte, na Região Nordeste do Brasil.

AÇÕES DO ESTADO SOBRE O CIRCUITO INFERIOR DO EIXO RODOVIÁRIO NATAL-CAICÓ

O Estado é a faceta pública do circuito superior da economia urbana, agindo deliberadamente em comunhão com os demais agentes desse circuito, pelo desenvolvimento de ordenamentos territoriais que valorizam seletivamente os subespaços, as atividades e seus agentes (Barrios, 1986). Assim sendo, o Estado apresenta-se como uma mediação fundamental no desigual jogo dos usos do território, priorizando as atividades superiores e a instância econômica, e não as atividades não hegemônicas e a instância social (Silveira, 2011a).

Ao contrário do pensamento de que o Estado não intervém nas atividades da economia desenvolvida pelos pobres (Silva e Barbosa, 2004), há, sim, relações entre poder público e circuito inferior da economia urbana. Tais relações vêm ocorrendo nas seguintes perspectivas: a do assistencialismo a agentes não hegemônicos, a da negligência do circuito inferior em ações públicas, a da repressão a atividades do circuito inferior e a da formalização de atividades desse subsistema.

O assistencialismo à economia não hegemônica teve início no Brasil na década de 1960, quando foi criado o Programa Operação Esperança, pela Igreja Católica, na Arquidiocese de Olinda e Recife, em Pernambuco. Esse programa visava “(...) assistir à população mais pobre assolada pelo problema das inundações de 1965 (...)” (Theodoro, 1995, p. 152), tendo como atuação prioritária a formação profissional por meio de cursos. Destacamos o caráter assistencialista do Operação Esperança, característica que vai marcar também os programas governamentais, fazendo com que o apoio ao circuito inferior venha seguindo, muitas vezes, mais um sentido caritativo que o de uma política de geração de emprego e distribuição de renda.

Apenas no final da década de 1970, o poder público atentou para a necessidade de apoio à economia não hegemônica. Pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), foram elaborados documentos sobre a ação governamental, em termos de programas de apoio à economia dos pobres do Nordeste. A partir dessa iniciativa, foi criado o Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo de Baixa Renda (PATRA), cujo objetivo era “(...) incentivar e fortalecer as atividades informais pelo apoio a iniciativas locais e pela melhoria do acesso ao *crédito* e ao mercado” (Theodoro, 1995, p. 156, destaque nosso).

Na década de 1980, o Estado implementou programas e criou órgãos de apoio às atividades não hegemônicas, como a promoção de ações via Sistema Nacional de Emprego (SINE) e a criação do então Centro Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (CEBRAE) – hoje Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) – e da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Theodoro (1995, p. 164) frisa que tais programas mostraram-se pouco eficientes no que tange à quantidade de pessoas beneficiadas – apenas 50 mil em todo o Nordeste, até o início da década de 1990. Além disso, apresentaram descontinuidade de ações, ausência de sintonia entre diferentes órgãos atuantes e eficácia residual face às dimensões e aos problemas da região. Essas ações revelaram “(...) um caráter assistencialista e caritativo, transformando-se rapidamente em mecanismos de reprodução de práticas políticas clientelísticas⁵”.

De acordo com Souza (2006, 2009), as políticas assistencialistas do Estado são calcadas no raciocínio economicista⁶, acreditando-se que a grave situação de pobreza em que vive a maioria dos trabalhadores possa ser facilmente revertida com uma simples e passageira

⁵ Kahil (2012, p. 22) esclarece que políticas clientelísticas são aquelas cujos “mecanismos de controle social”, ou “técnicas de controle da miséria”, legitimam a “gestão compensatória” de acordo com a “benevolência dos poderosos (...), instituindo uma sociedade de clientes no lugar de cidadãos”. Coadunando com Wright Mills (1969), a autora assevera que tais políticas são “meios de tirania e manipulação, meios de expropriar a possibilidade (...) da razão, a capacidade (...) de agir como homem livre”.

⁶ Esse raciocínio, que não é restrito apenas aos economistas, é superficial e conservador, servindo “(...) ao encobrimento dos conflitos sociais mais profundos e fundamentais da sociedade brasileira (...)” (Souza, 2009, p. 18).

ajuda. Assim, tais políticas são limitadas ao curto prazo e, por isso, insuficientes em termos de mudanças sociais. Não obstante, podem ser ações importantes, que devem coexistir com outras de cunho estrutural, cujo pilar fundamental seja o bem-estar coletivo.

No eixo rodoviário Natal-Caicó, sobretudo nos centros locais⁷, onde a economia é fundamentada, em sua maioria, em atividades do circuito inferior, relacionadas a poucas atividades do circuito superior marginal⁸ e a um circuito superior externo ou quase limitado ao poder público municipal, práticas políticas caritativas levam, por vezes, a gestão local a estimular o desencadeamento de atividades não hegemônicas, como forma de minimizar potenciais pressões ou conflitos sociais e de promover o clientelismo e o dinamismo da economia. Esse estímulo, comumente, ocorre pelo atendimento de demandas particulares de agentes não hegemônicos, como a permissão para trabalhar em espaços públicos ou construídos pela prefeitura. Em troca, espera-se fidelização ou retribuição política.

No que tange à negligência do circuito inferior, esta ocorre quando o Estado implementa ações que servem para perpetuar as desigualdades de renda e de acesso a bens e serviços, orientando sua estrutura para os ramos mais sensíveis à modernização e mais rentáveis para seus agentes. Assim, não há muito interesse pelo mercado interno e nenhum pela economia desenvolvida pelos pobres. Considera-se apenas uma parte da sociedade e do território, trazendo à tona planos de ordenamento territorial não alicerçados na totalidade, mas, sim, em desigualdades e contradições. Assim, o desempenho do circuito superior é facilitado ou acelerado e, em contrapartida, busca-se frear a existência do circuito inferior ou se a ignora, como se ele fosse invisível (Santos, 1978a).

No eixo rodoviário em estudo, essa negligência é bastante evidente na área pesquisada em Natal (capital do Rio Grande do Norte), a periferia oeste da cidade⁹, marcada pela intensa pobreza da população e pela predominância das atividades econômicas não hegemônicas. Ao contrário do que ocorre, sobretudo, nas cidades locais, em Natal as atividades da periferia analisada são veementemente negligenciadas, não parecendo ser alvo nem de ações políticas clientelistas. Destarte, são desenvolvidas à mercê de sua própria sorte,

⁷ Centros locais são cidades de pequeno porte com dinâmicas social, econômica e política limitadas à escala local, não oferecendo, frequentemente, atividades produtivas, comerciais e/ou de serviços de média ou alta complexidade.

⁸ O segmento marginal do circuito superior é caracterizado por atividades que apresentam características do circuito superior misturadas com algumas do inferior. Ou seja, o desenvolvimento dessas atividades envolve tanto a aplicação considerável de capital quanto a necessidade premente de trabalho, por vezes, familiar. Além disso, no circuito superior marginal, a escala de atuação é bastante relacionada ao lugar, apesar de também haver conexões com outros contextos, como o microrregional e o estadual. Do mesmo modo, assim como no circuito inferior, as atividades superiores marginais são mais vulneráveis às situações de crise econômica, podendo desaparecer, aparecer ou serem reestruturadas mais rapidamente do que as puramente superiores (David, 2010).

⁹ A área pesquisada em Natal é uma das mais pobres da capital potiguar, marcada por baixo índice de alfabetização da população com cinco ou mais anos de idade, irrisório rendimento dos trabalhadores com dez ou mais anos de idade, bem como pela precariedade dos serviços de saneamento básico, dos equipamentos desportivos e da segurança pública. Trata-se da zona Oeste da cidade, a qual, juntamente com a zona Norte, é marcada pela pior situação socioeconômica na capital potiguar.

usando um território extremamente precário em serviços sociais básicos, como educação, saúde e saneamento básico.

Ao negligenciar ou reprimir o circuito inferior, as ações do Estado demonstram o intento de garantir o sucesso de determinados territórios, agentes e grupos do circuito superior bem como o de enfraquecer as atividades dos pobres, contribuindo, assim, para a ampliação da brecha existente entre os circuitos da economia urbana (Silveira, 2007). Igualmente, ignorando o subsistema inferior, o Estado considera apenas a divisão territorial do trabalho hegemônica, desassistindo as outras formas de sobrevivência, inclusive estereotipando-as como informais e ilegais. Há pesquisadores, crenes nessa postura estatal, que também não vislumbram, em suas pesquisas, o circuito inferior, muito menos os novos caminhos para a política que esse subsistema indica, caminhos concatenados à modernidade situada, ou seja, a outros e diversos usos de variáveis-chave do período, em que haja conexão entre técnica¹⁰ e ética (Zaoual, 2003, 2006).

Não bastando ignorar o circuito inferior, o Estado, por vezes, também o reprime. Não reconhecendo a economia dos pobres como produtora, produtiva ou rentável, o poder público adota em relação a ela uma conduta equívoca, expulsando-a ou isolando-a de áreas da cidade. Para isso pode, inclusive, lançar mão da violência contra agentes não hegemônicos, o que ocorre devido à inabilidade de agentes hegemônicos do Estado para lidar com a pressão social da maioria dos trabalhadores, que, desempregada ou não empregada, integra o mercado de trabalho precariamente.

De acordo com informações de Suerdiec Torres de Araújo¹¹, do Conselho Consultivo da Câmara de Dirigentes Lojistas de Caicó (CDL), em 2011 a Promotoria Pública dessa cidade recomendou que barracas da economia não hegemônica fossem retiradas do centro de Caicó (RN), sob a alegação de que elas prejudicavam a acessibilidade das pessoas às calçadas. Assim, fiscais da Secretaria Municipal de Obras e policiais militares cumpriram a recomendação, determinando que agentes não formalizados da economia urbana se retirassem do centro da cidade. Alguns desses agentes foram localizados no camelódromo do calçadão, espaço com menos movimentação e, portanto, pouco significativo para os negócios. Além disso, vale frisar que, mesmo após a retirada de barracas do centro de Caicó, não foram feitas adequações nas vias ou calçadas, as quais continuam inacessíveis a várias pessoas, sobretudo às que têm deficiência física.

¹⁰ Concordando com Ortega y Gasset (1963), asseveramos que as técnicas podem ser usadas por ilimitadas possibilidades. Assim, podemos libertá-las das premissas hegemônicas, usando-as de acordo com o bem-estar coletivo.

¹¹ Em entrevista realizada no dia 27/11/2013, na praça pública de Caicó (RN).

O poder público associa o circuito inferior à criminalidade, ilegalidade e/ou informalidade, impondo-lhe ações repressivas, como o despejo e a desestruturação econômica. Faz isso porque tem dificuldade de compreender a realização do mundo no lugar, valorizando, geralmente, somente as verticalidades, as luminosidades, com o escopo de acabar, muitas vezes, por meio da violência, com as contiguidades e opacidades. Falta aos agentes hegemônicos do Estado a compreensão do uso não hegemônico do território, que é base para a formulação e a implementação de uma política social.

Há autores, como Dantas (1997, p. 202), que parecem corroborar essa atitude repressiva do Estado, afirmando que a ocupação de espaços públicos, como calçadas, por atividades comerciais ou de serviços, transforma esses espaços em vitrines comerciais, tirando-lhes o sentido de uso público e dando-lhes um sentido mercadológico, consumista, que “empobrece acentuadamente o cotidiano dos usuários”. Para esse autor, o Estado tem papel importantíssimo na não ocupação de espaços públicos por atividades privadas, pois ele é o agente legítimo para atuar no planejamento urbano que ordene os aludidos espaços de modo diferente.

Contudo, mais do que criticar a ocupação de espaços públicos por atividades econômicas, muitas das quais do circuito inferior, asseveramos ser premente atentar para o sentido social dessas atividades, compreendendo que espaços públicos são ocupados em busca da sobrevivência de agentes desempregados ou desamparados pelo circuito superior. É interessante lembrar que a existência do subsistema inferior é resultado do processo de modernização econômica, que é gerador de intensas desigualdades socioterritoriais. Do mesmo modo, concordamos que é necessário destacar o papel do Estado no planejamento e ordenamento territorial: esse agente deve, urgentemente, prezar pelo bem-estar coletivo, considerando a totalidade da dinâmica territorial, e não somente o segmento superior da sociedade e da economia.

Temos consciência de que a pobreza, o desemprego, a falta de oportunidades e a violência são gargalos da vida urbana, decorrentes do processo de modernização econômica. Nesse processo, o circuito inferior apresenta-se como forma-conteúdo relacionada à sobrevivência da maioria dos trabalhadores. Dessa maneira, de nada adianta implementar ações de repressão à economia não hegemônica, as quais não transformam as desigualdades, mas, ao contrário, elevam a colossal distância existente entre o circuito superior e o inferior.

Além de agir de modo assistencialista, negligente e repressivo em relação ao circuito inferior, na atualidade, no Brasil, o Estado procura formalizar as atividades desse subsistema. Para isso, criou a Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, regulamentando a transformação de trabalhadores não formalizados em microempreendedores individuais formais.

Ao formular a figura do microempreendedor individual (MEI), o Estado brasileiro anseia incluir a maioria dos trabalhadores no Sistema Previdenciário Nacional, via formalização de suas atividades. Para isso, conta com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE¹²), instituição privada comparte do poder público que tem a missão de desenvolver o micro e o pequeno empreendedorismo com base na sustentabilidade¹³.

Agentes do SEBRAE fazem visitas constantes a atividades não hegemônicas, distribuindo material informativo sobre o MEI e incentivando a formalização das atividades ainda não formalizadas. Igualmente, essa instituição veicula propagandas na televisão e no rádio destacando as vantagens obtidas com a formalização da atividade econômica desenvolvida e convidando agentes da economia não hegemônica a procurar um escritório do SEBRAE para receber maiores informações sobre o MEI.

Desse modo, no momento em que demonstra intenção de se formalizar, o agente do circuito inferior é inscrito por funcionário do SEBRAE em palestra sobre direitos e deveres do MEI. Após essa palestra, caso ainda deseje tornar-se um microempreendedor individual, ele recebe atendimento individual de um analista técnico, reunindo toda a documentação necessária para a formalização – CPF, RG, comprovante de residência, título eleitoral (para quem não declara imposto de renda) ou número do recibo do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) (para quem declara imposto de renda) – e realizando sua inscrição como MEI no Portal do Empreendedor (<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>).

Para tornar-se um MEI, o agente do circuito inferior deve: ter receita bruta de até R\$ 60.000,00 ao ano; contratar até um empregado; não ter participação em outra empresa; e ser optante do Simples Nacional. Do mesmo modo, deve contribuir para o fisco mensalmente com 5% do salário-mínimo mais o ICMS e/ou ISS, valores que estavam, em 2013, entre R\$ 33,90 e R\$ 39,90, conforme a atividade desenvolvida.

Como direitos, o MEI tem acesso a benefícios previdenciários: aposentaria por idade, salário-maternidade, auxílio-doença, aposentaria por invalidez, pensão por morte e auxílio-reclusão; dispensa da emissão de notas fiscais para pessoas físicas; dispensa de vistoria prévia para atividades cujo desenvolvimento oferece baixo ou nenhum risco para a sociedade e/ou o ambiente; e maior acessibilidade a serviços financeiros, como empréstimo bancário ou obtenção de maquineta para venda com cartão.

¹² O SEBRAE é um importante parceiro do Estado no processo de alienação do território de acordo com os interesses hegemônicos, tendo em vista que difunde informações estratégicas para além dos centros de gestão do território nacional. Essas informações enquadram ações horizontais nas premissas verticais, tornando, assim, o território mais “afinado” à modernização econômica (Merlin, 2010).

¹³ As informações evidenciadas sobre o SEBRAE e o MEI foram obtidas em visita técnica realizada ao escritório regional do SEBRAE em Caicó (RN), no dia 29/11/2013, quando entrevistamos Pedro Alexandre Azevedo de Medeiros, gerente do escritório, e Sandra Moriele Alves de Nogueira, analista técnica.

Como obrigações, deve: inscrever-se como MEI no Portal do Empreendedor; imprimir e pagar, até o dia 20 de cada mês, o boleto referente às obrigações tributárias (disponível no Portal do Empreendedor); reter notas fiscais de compras; emitir nota fiscal nas vendas a pessoa jurídica; mensalmente, imprimir e preencher relatório de receita bruta (disponível no Portal do Empreendedor), o qual deve ser guardado por cinco anos, para apresentação à Receita Federal, junto com notas fiscais, caso haja incoerência na declaração anual de imposto; e enviar, até o último dia do mês de janeiro de cada ano, à Secretaria da Receita Federal, a Declaração do Imposto de Renda.

Além da notável atuação do SEBRAE no incentivo e na orientação para a formalização de agentes do circuito inferior, a fiscalização de atividades desse subsistema por órgãos públicos e o relacionamento constante com representantes comerciais do circuito superior também são aspectos que vêm sendo decisivos para a consolidação da política estatal de formalização da economia dos pobres.

Frequentemente, vários órgãos públicos, como a Vigilância Sanitária Municipal, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), a Secretaria Estadual ou a Municipal de Tributação e os Sindicatos de Trabalhadores fiscalizam as atividades do circuito inferior do eixo rodoviário Natal-Caicó, orientando seus agentes a seguirem normas sobre higiene do ambiente de trabalho, manuseio de mercadorias, estocagem, pesos e medidas, funcionamento correto de equipamentos de trabalho, recebimento e emissão de notas fiscais, procedência das mercadorias utilizadas ou comercializadas, retirada e atualização de alvarás de funcionamento e condições de trabalho dos funcionários.

Essas orientações enquadram a organização das atividades não hegemônicas nas normas estatais de funcionamento de estabelecimentos produtivos, comerciais ou de prestação de serviços, buscando, muitas vezes, homogeneizar ou burocratizar a criativa organização do circuito inferior da economia urbana. Devido às sanções que podem ser adotadas caso as orientações não sejam atendidas, como multas, apreensão de mercadorias e perda de alvarás, na maioria das vezes os agentes do circuito inferior do eixo rodoviário Natal-Caicó procuram adequar-se o máximo possível às normatizações dos órgãos públicos. Outrossim, tais órgãos, assim como fornecedores de mercadorias representantes de empresas do circuito superior, sugerem, como uma necessidade premente, a formalização das atividades desenvolvidas pelos pobres, destacando, sobretudo, a importância de se registrar a atividade nos âmbitos federal (que gera o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ), estadual (Inscrição Estadual) e/ou municipal (Inscrição Municipal).

As vantagens de tais registros indicadas aos agentes do circuito inferior são: acesso a direitos previdenciários; possibilidade de assinar a carteira de trabalho de, ao menos, um funcionário, que pode ser um familiar seu; legalização da atividade junto à prefeitura; e acesso ao cadastro de compradores, dos representantes comerciais do circuito superior. Entretanto, junto a tais vantagens, há também: a burocracia que caracteriza esses registros, levando muitos agentes do circuito inferior a terem que pagar por serviço contábil, sobretudo nos centros locais, onde não há escritório do SEBRAE; a carga tributária, que passa a rebarber diretamente sobre os rendimentos das atividades; e a subordinação na compra de mercadorias a alguns representantes de empresas do circuito superior.

Devido aos incentivos, orientações e determinações para a formalização das atividades não hegemônicas, hoje a maioria (81%) das atividades do circuito inferior do eixo rodoviário Natal-Caicó possui algum registro junto ao poder público. A maior recorrência é de registros junto ao poder municipal (Inscrição Municipal ou, como é popularmente conhecida, Alvará de Funcionamento) – 52% das atividades com registro – e/ou ao poder federal (CNPJ) (50%). Vale ressaltar que todo MEI tem CNPJ. Caso trabalhe com comércio ou atividade produtiva, deve ter também Inscrição Estadual; com serviços, Inscrição Municipal; e com atividades que congreguem produção, serviços e comércio, os três registros.

Portanto, tal situação do circuito inferior do eixo rodoviário Natal-Caicó relaciona-se ao sucesso da política estatal do MEI. Para o relator do Projeto de Lei da Micro e Pequena Empresa¹⁴, Senador Aldemir Santana (DEM-DF), a aprovação do projeto “(...) significa uma revolução social para os *empresários* que hoje estão na informalidade. Sendo uma grande oportunidade de buscar a formalização de milhões de empreendedores” (Oliveira, 2009, p. 153). Entretanto questionamos: a política do Estado de formalização de atividades não hegemônicas é uma revolução social ou uma busca pelo enquadramento de agentes do circuito inferior na burocracia do poder público?

Há autores, como Pereira (2009), que consideram a política de formalização de atividades da economia dos pobres como uma ação do Estado de cunho social, por “desburocratizar” a formalização e enfrentar o desemprego. Para nós, o efeito dessa política é contrário ao social, pois parece que o verdadeiro objetivo do Estado nacional é formalizar o desemprego, o fechamento de postos de trabalho, a falta de acesso à seguridade trabalhista para a maioria dos ocupados, os limites mínimo e máximo da idade para a participação no mercado de trabalho via circuito superior, assim como os baixos rendimentos e a precarização das condições de trabalho característicos do circuito inferior. Em outras palavras, por meio

¹⁴ A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006) abrange as políticas do Simples Nacional e do MEI.

da referida política, o Estado vem reconhecendo como legítima a subordinação de um circuito da economia urbana em relação ao outro.

Nesses termos, consideramos que a Lei das Micro e Pequenas Empresas, ou especificamente a política do MEI, apresenta-se como uma ação pontual e restrita do Estado brasileiro, que insere agentes não hegemônicos da economia urbana no rol da burocracia da formalização, negligenciando a urgência pela integração social desses agentes. Tal política, segundo Silveira (2008), significa homogeneização e enquadramento de diferentes atividades do circuito inferior; ela afeta a diversidade sem eliminar a desigualdade, tendo como principal preocupação a tributação (aumento da arrecadação de impostos), e não a eliminação da pobreza.

Com suas ações sobre o circuito inferior, o Estado não busca transformar a situação de pobreza em que vivem os agentes desse circuito. O que faz é gerir a pobreza, que é considerada como permanente. Ao contrário, ele deveria tomar para si o grande desafio do período atual no Brasil, que é o enfrentamento da pobreza estrutural, o que, nos termos da economia urbana, significa tornar o subsistema inferior “(...) menos subordinado ao circuito superior, assim como (...) expandir as oportunidades e proteções aos agentes do circuito inferior da economia, valorizando seus dinamismos e relações com as particularidades locais e regionais” (Montenegro, 2011, p. 257).

Contudo, os dados da realidade estudada evidenciam que as ações do Estado sobre o circuito inferior do eixo rodoviário Natal-Caicó são limitadas, priorizando aspectos burocráticos e tributários e negligenciando questões sociais, de cidadania. Além disso, os dados realçam o equívoco teórico e empírico de se associar o circuito inferior da economia urbana ao setor informal, já que a maioria das atividades não hegemônicas do eixo rodoviário estudado são, hoje, formais, do ponto de vista tributário. Assim, o que ainda se denomina informal na economia dos pobres é um aspecto que caracteriza tanto o circuito inferior quanto o superior: a precarização das relações de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as ações estatais vêm servindo para a expansão da pobreza em comunhão com a macro-organização da economia e do território nacional por agentes hegemônicos do mercado. Isso em função de o Estado apresentar-se como a faceta pública do circuito superior, ordenando o território de modo que desigualdades são geradas ou adensadas. Tais ações, geralmente, não priorizam questões sociais, mas, sim, aspectos burocráticos e tributários, enquadrando as atividades não hegemônicas de acordo com a racionalidade hegemônica. Assim, não buscam transformar a situação de pobreza em que vivem os agentes do circuito inferior; ao contrário, administram a pobreza no sentido de torná-la permanente.

A economia desenvolvida pelos pobres não é inútil ou não produtiva. Ao contrário, ela é significativa para o cotidiano de muitos trabalhadores e para a dinâmica de territórios, assim como tem seu papel na reprodução do desigual sistema econômico vigente. O Estado parece não compreender essa importância, pois frequentemente promove ações que protegem ou privilegiam a economia hegemônica e, em contrapartida, enfraquecem ou reprimem atividades do circuito inferior.

Fazendo isso, o Estado se coloca a serviço de apenas uma parcela dos agentes que movimentam a economia urbana, renunciando à regulação social e assumindo a função de sócio de agentes hegemônicos do mercado na providência de suas demandas. É urgente que essa postura seja revolucionada, tornando o Estado o efetivo representante público que ordene o território de acordo com o bem-estar coletivo, devendo, para isso, estar alicerçado em políticas sociais.

As ações estatais devem ser orientadas para um sistema de proteção social universal, garantindo que as demandas sociais sejam contínua e eficazmente realizadas. Assim, poderá haver condições de se planejar e ordenar o território ocasionando melhorias substanciais no presente e vislumbrando a construção de um futuro conforme outros pactos socioterritoriais¹⁵, no qual a totalidade da sociedade e do território seja a prioridade.

¹⁵ O pacto que hoje organiza o território brasileiro de acordo com a divisão do trabalho hegemônica é, segundo Silveira (2011b), fundamentado na maior importância do dinheiro sobre a produção, assim como na autonomia das finanças, na obediência das ações políticas aos imperativos de agentes hegemônicos do mercado e na maior relevância da técnica sobre o emprego, com a submissão daquela às normas do automatismo e da robotização. É com esse pacto territorial que a construção de um futuro melhor do que o presente deve romper.

Para isso, é imprescindível que o conceito de espaço banal¹⁶ seja interiorizado pela ação política de planejar e ordenar o território, levando em consideração a totalidade da dinâmica territorial, a qual é caracterizada por aspectos gerais, da escala nacional e do interesse federal, mas também aspectos territoriais, da escala e dos interesses locais. Essa mudança de compreensão conceitual e de ações por parte do Estado certamente possibilitará a ampliação e a intensificação do caminho de transformações estruturais necessárias na sociedade e na economia urbana.

Transformar estruturalmente o Estado pela instância social e investir teórica e concretamente em um novo planejamento e ordenamento do território são ações indispensáveis para se romper com a situação de dependência do circuito inferior ao circuito superior. Essa ruptura é urgente, por a expansão da economia desenvolvida pelos pobres representar também o aumento e o perdurar da pobreza produzida pelos agentes hegemônicos do capital.

Assim, sublinhamos a teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos como uma proposta pertinente para análises críticas do contexto de dependência ao qual hoje os trabalhadores estão submetidos. Uma teoria que possibilita a compreensão da segmentação atual da economia urbana, com o vislumbrar de práticas alternativas de produção que proporcionem modificar o presente rumo a horizontes mais sociais e menos mercadológicos.

REFERÊNCIAS

1. ANDERSON, N. *Our industrial urban civilization*. London: Asia Publishing House, 1964.
2. ARMSTRONG, W. ; McGEE, T. G. Revolutionary change and the third world city: a theory of urban involution. *Civilisations*, 18 (3), 1968.
3. BARRIOS, S. A produção do espaço. In: SANTOS, M. ; SOUZA, M. A. A. (Org.) *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986, p. 02-14.
4. BIENEFELD, M. The informal and the peripheral capitalismo: the case of Tanzania. *Institute of Development Studies Bulletin*, v. 6, n. 3, p. 53-73, fev. 1975. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1759-5436.1975.mp6003008.x/pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

¹⁶ A ideia de espaço banal foi trazida à tona por Perroux (1961, 1964), que, refletindo sobre a economia do século XX, diferenciou o “espaço econômico” do “espaço banal”, definindo aquele como o espaço da produção de fluxos econômicos e este como o espaço da economia e da sociedade. Décadas mais tarde, Milton Santos (1996) retomou essa ideia, definindo o espaço banal como o espaço da totalidade das pessoas, empresas e instituições, diferenciando-o do espaço das redes, que dá conta apenas dos fluxos econômicos hegemônicos.

5. BLAUG, M. *L'éducation et le probleme de l'emploi dans les pays en voie de developpement*. Genève: Bureau International du Travail, 1974.
6. BOEKE, J. H. *Economics and economic policy of dual societies, as exemplified by Indonesia*. Haarlem: Tjeenk Willink, 1953.
7. BOUTILLIER S. Économie solidaire, repères et éléments d'une critique. *Innovations*, n. 15, p. 9-19, 2002. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-innovations-2002-1-page-9.htm>>. Acesso em: 05 mar. 2015.
8. CACCIAMALI, M. C. Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 19, 1989.
9. CACCIAMALI, M. C. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: GIAMBAGI, F. ; CAMARGO, J. M. (Org.) *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
10. CACCIAMALI, M. C. A economia informal 20 anos depois. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 21, n. 4, p. 217-232, 1994.
11. CAMARGO, F. S. *Análise estrutural do emprego formal e informal na economia brasileira*. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade de São Paulo, Piracicaba.
12. CARGNIN, A. P. ; MARAFON, G. J. Caracterização do setor informal do município de Santa Maria: o comércio ambulante. *Geografia: ensino & pesquisa*, Santa Maria, n. 6-7, p. 07-32, set. 1994.
13. CORAGGIO, J. L. *Economía urbana*. La perspectiva popular. Quito: Abya Yala, 1998. Disponível em: <<https://repository.unm.edu/bitstream/handle/1928/11049/Econom%C3%ADa%20Urbana%20l%20a%20perspectiva.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 fev. 2015.
14. CORAGGIO, J. L. *Economía social y solidaria: el trabajo antes que el capital*. Quito: Abya-Yala, 2011. Disponível em: <<http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/economiasocial.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2015.
15. CORRAGIO, J. L. Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidaria. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 2, p. 11-24, nov. 2013.
16. DANTAS, E. W. C. A cidade e o comércio ambulante: o caso de Fortaleza em evidência. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 11, p. 187-210, 1997.
17. DAVID, V. C. *Território usado e circuito superior marginal: equipamentos médico-hospitalares em Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto (SP)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
18. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). *Plano Nacional de Contagem de Trânsito*. Brasília: Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, 2005.
19. DE SOTO, H. *Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987.

20. DE SOTO, H. *The other path*. The invisible revolution in the third world. Nova Iorque: Harper and Row, 1989.
21. FERNANDES, G. O. *Setor informal da economia e a dinâmica dos territórios nas praias da cidade do Natal-RN*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
22. GEERTZ, C. *Peddlers and princes: social change and economic modernization in two indonesian towns*. Chicago: The University of Chicago Press, 1963. Disponível em: <http://hypergeertz.jku.at/GeertzTexts/Peddlers_Princes.htm>. Acesso em: 04 mar. 2015.
23. GUNDER FRANK, A. Le Brésil dans l'impasse. *Partisans*, Paris, n. 26-27, 1968.
24. HART, K. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. *The Journal of Modern African Studies*, v. 11, n. 1, p. 61-89, mar. 1973. Disponível em: <<http://www.sv.uio.no/sai/english/research/projects/anthropos-and-the-material/Intrane...>>. Acesso em: 05 mar. 2015.
25. HILL, P. *Population, prosperity and poverty: rural Kano 1900 and 1970*. Cambridge: University Press, 1977.
26. KAHIL, S. P. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 10 (2), p. 10-25, jul./dez. 2012.
27. LARRACHEA, I. ; NYSSSENS, M. L'économie solidaire, un autre regard sur l'économie populaire au Chili. In: LAVILLE, J. L. *L'économie solidaire, une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994. p. 181-222. Disponível em: <<http://dial.academielouvain.be/downloader/downloader.php?pid=boreal%3A71983&datastream=...>>. Acesso em: 05 mar. 2015.
28. LAUTIER, B. Introduction. Lês travailleurs n'ont pas la forme. In: LAUTIER, B. ; MIRAS, C.; MORICE, A. *L'Etat et l'informel*. Paris: L'Harmattan, 1991. p. 05-76.
29. LEWIS, W. A. *Economic development with unlimited supplies of labor*. Manchester: School of Economics and Social Studies, 1954. Disponível em: <<ftp://ftp.uic.edu/pub/depts/econ/wpaper/cchis/docs533/Economic%20Development%20with%20Unlimited%20Supplies%20of%20Labour%20-%20Arthur%20Lewis.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2015.
30. MARX, K. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Moraes, 1987.
31. MCGEE, T. G. Peasants in the cities: a Paradox, a Paradox, a most ingenious paradox. *Human Organization*, Journal of the Society for Applied Anthropology, vol. 32, n. 2, p. 135-142, 1973a. Disponível em: <http://sfaajournals.net/doi/pdf/10.17730/humo.32.2.qm49165g8_0127180>. Acesso em: 21 ago. 2015.
32. MCGEE, T. G. *Hawkers in Hong Kong: a study of planning and policy in a third world city*. Hong Kong: Centre of Asian Studies, University of Hong Kong, 1973b.
33. MCGEE, T. G. *The persistence of the protoproletariat: occupational structures and planning of the future world cities*. Los Angeles: University of California, School of Architecture and Urban Planning, 1974.

34. MERLIN, P. S. *Urbanização, território e informação: a rede SEBRAE e suas espacialidades no interior paulista*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
35. MIYATA, H. *Trabalho, redes e territórios nos circuitos da economia urbana: uma análise da venda direta em Jundiaí e Região Metropolitana de São Paulo*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
36. MONTENEGRO, M. R. *Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
37. NDIAYE, A. ; BOUTILLIER, S. De l'économie sociale à l'économie populaire solidaire via l'économie solidaire. Quelles leçons tirer du social business? *Archive ouverte HAL*, mai. 2011. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs00596753/document>>. Acesso em: 05 mar. 2015.
38. NUN, J. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, Buenos Aires, 5 (2), jul. 1969. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7934/S7100908_es.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 fev. 2015.
39. OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 2, p. 03-82, 1972.
40. OLIVEIRA, M. A. A. *Trabalho informal e redes sociais: os camelôs da Praça da Matriz em Manaus*. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
41. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Employment, income and inequality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*. Genebra: ILO, 1972. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1972/72B09_608_engl.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2015.
42. ORTEGA Y GASSET, J. *Meditação da técnica*. Vicissitudes das ciências. Cacofonia na física. Tradução e prólogo de Luís Washington Vita. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963.
43. PEREIRA, M. J. A. *A lei geral da microempresa e da empresa de pequeno porte: uma avaliação do processo de implementação em Boa Vista-RR 2003-2008*. 2009. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
44. PERROUX, F. *Economia e sociedade: coacção-troca-dom*. São Paulo: Duas Cidades, 1961.
45. PERROUX, F. *L'Economie du XX siecle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.
46. QUIJANO, A. *Mano de obra marginal y polo marginal de la economía*. Santiago do Chile: CEPAL, 1969.
47. QUIJANO, A. *La economia popular y sus caminos en America Latina*. Lima: Mosca Azul, 1998.
48. QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. S. (Org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Tradução de Manuel del Pino. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 475-514.

49. RAMOS, J. A. *Oferta de trabalho, impostos e informalidade*. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
50. SANTOS, M. Une nouvelle dimension dans l'étude des réseaux urbains dans les pays sous-développés. *Annales de Géographie*, t. 79, n. 434, p. 425-445, 1970. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_00034010_1970_num_79_434_15135>. Acesso em: 10 mar. 2015.
51. SANTOS, M. Dimension temporelle et systèmes spatiaux dans les pays du Tiers Monde. *Tiers-Monde*, tome 13, n. 50, Modernisations et “espaces dérivés”, sous la direction de Milton Santos, p. 247-268, 1972. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/issue/tiers_00407356_1972_n um_13_50>. Acesso em: 08 mar. 2015.
52. SANTOS, M. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1978] 2007.
53. SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Livraria Ed. Francisco Alves, 1978a.
54. SANTOS, M. *Pobreza urbana*. São Paulo, Recife: Hucitec, UFPE, Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana, 1978b.
55. SANTOS, M. Território, espaço banal, lugar-comum. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 09 nov. 1996.
56. SANTOS, M. O futuro das megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza. *Cadernos Metrópole*, n. 19, 1º semestre, p. 15-25, 2008. Disponível em: <http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm19_117.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2015.
57. SENA, A. L. S. Dimensões da informalidade em Belém. *Paper do NAEA 113*, s.p., dez. 1998.
58. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). *Mercado dos cartões de crédito no Brasil e sua relação com as micro e pequenas empresas*. Brasília, 2007.
59. SILVA, J. S. ; BARBOSA, J. L. O sentido do trabalho informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro. *Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré*, Rio de Janeiro, v. único, p. 5-15, 2004.
60. SILVA, R. M. M. *Setor terciário: formalidade e informalidade – algumas especificidades da (re)produção do espaço urbano de Bayeux – PB*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
61. SILVEIRA, M. L. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana. In: X SIMPURB: TRAJETÓRIAS DA GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL: TRADIÇÕES E PERSPECTIVAS, *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2007.
62. SILVEIRA, M. L. Entrevista com a professora María Laura Silveira. *Revista Discente Expressões Geográficas*, Florianópolis, n. 04, p. 1-15, mai. 2008.
63. SILVEIRA, M. L. Nuevo orden espacial de la globalización: encrucijadas y horizontes. *Revista de Geografía Espacios*, Revista de Geografía da Universidad Academia de Humanismo Cristiano, v. 1, p. 1-17, 2011a.

64. SILVEIRA, M. L. Territorio y ciudadanía: reflexiones en tempos de globalización. *Uni-pluri/versidad*, v. 11, n. 3, p. 15-34, 2011b.
65. SINGER, P. *Globalização e desemprego*. Diagnósticos e alternativas. São Paulo: Contexto: 1999.
66. SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
67. SOUZA, P. R. *Emprego, salário e pobreza*. São Paulo: Hucitec, 1980.
68. SOUZA, J. (org.) *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
69. SOUZA, J. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
70. THEODORO, M. L. Os programas de apoio ao setor informal no Nordeste. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 12, jan./jun. 1995.
71. THEODORO, M. L. *As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil*. Texto para discussão n. 762. Brasília: IPEA, 2000.
72. THEODORO, M. L. *O Estado e os diferentes enfoques sobre o informal*. Texto para discussão n. 919. Brasília: IPEA, 2002.
73. TOKMAN, V. El sector informal: quince años después. *El Trimestre Económico*, vol. (3), p. 513-536, 1987. Disponível em: <http://aleph.academica.mx/jspui/bitstream/56789/5778/1/DOCT2065062_ARTICULO_4.PDF>. Acesso em: 05 mar. 2015.
74. WRIGHT MILLS, C. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. Disponível em: <http://www.cra-rj.adm.br/publicacoes/textos_classicos/A_IMAGINACA%20SOCIOLOGIC A/files/assets/basic-html/toc.html>. Acesso em: 19 mai. 2015.
75. ZAOUAL, H. *Globalização e diversidade cultural*. Textos selecionados e traduzidos por Michel Thiollent. São Paulo: Cortez, 2003.
76. ZAOUAL, H. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A, Consulado Geral da França, COOPE-UFRJ, 2006.

ARTIGO RECEBIDO EM MARÇO DE 2017

ARTIGO APROVADO EM AGOSTO DE 2017